

Sader, Emir. **Hegemonia e contra-hegemonia.** *En publicación: Hegemonias e emancipações no século XXI.* Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005. ISBN: 987-1183-20-8

Disponible en la World Wide Web:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/02_sader.pdf

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

EMIR SADER*

HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA

HEGEMONIA, DOMINAÇÃO E CONSENSO

A QUESTÃO POLÍTICA e teórica mais importante atualmente, na luta por “um outro mundo possível”, é aquela referente à construção de uma hegemonia alternativa ao modelo neoliberal. Este revela sinais claros de esgotamento, a hegemonia norte-americana demonstra seus limites, o Fórum Social Mundial (FSM) se afirma como espaço de intercâmbio e de debate dos temas ligados a uma hegemonia alternativa, porém não surge ainda um modelo alternativo, nem como projeto teórico e político, nem como governos que materializem a saída do modelo atual.

Nada de essencial do mundo contemporâneo pode ser explicado sem uma compreensão minimamente adequada da hegemonia norte-americana, tal foi a forma com que essa hegemonia ganhou centralidade depois da desapareição do “campo socialista” no mundo. Qualquer visão que subestime a importância dessa análise, ou que a desenvolva de forma excessivamente ligeira, subestimando a força da hegemonia dos Estados Unidos, pode contentar-nos com a lista de debilidades norte-americanas, mas contribui negativamente para a sua superação e para a construção do “outro mundo possível”, se não dá conta da capacidade norte-americana de ser a única superpotência atual no mundo.

* Doutor em Ciência Política, coordenador do Laboratório de Políticas Públicas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor da Universidade de São Paulo. Fundador e coordenador do Grupo de Trabalho Economia Internacional, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

Uma estratégia para um mundo pós-neoliberal requer, antes de tudo, uma análise precisa do caráter da hegemonia atual, em particular da hegemonia norte-americana, com seus pontos de força e de debilidade, para desenhar o campo de atuação das forças contra-hegemônicas. O caráter profundamente contraditório da hegemonia atual no mundo termina provocando enfoques unilineais, que, ao invés de favorecer a construção de um mundo articulado de forma democrática, com uma hegemonia construída na base do consenso múltiplo e pluralista, impõe soluções unilaterais e baseadas na força.

O tom onipotente do governo norte-americano suscita a resposta de seu desmascaramento, que se soma à enorme quantidade de contradições e de debilidades da sua hegemonia no mundo contemporâneo; desde o ressuscitar do termo “tigre de papel” até a caracterização de uma decadência irreversível em prazos relativamente previsíveis. Esses elementos são inquestionáveis: fraquezas da economia norte-americana, dificuldades de gestão da ocupação do Iraque, isolamento diplomático relativo de Washington, entre outros. No entanto, como dizia Brecht, temos que tomar o inimigo com sua força real, incluindo seus lados fortes, explicar por que ele é dominante, dar a verdadeira proporção da sua força, principalmente em relação às nossas debilidades. Este elemento é particularmente importante na atualidade, porque grande parte da força norte-americana decorre não da sua força própria, mas das debilidades dos que se lhe antepõem em se constituir como força alternativa, que canalize e catalise as suas fraquezas.

O tema da crise da hegemonia norte-americana tem que ser inserido no marco global das correlações de força, porque a força relativa de cada ator decorre da co-relação de forças, isto é, da relação entre as forças em presença. Neste caso, evidente é que o argumento de que a economia norte-americana é significativamente mais frágil do que era no passado peca pela unilateralidade a partir de dois pontos de vista. Em primeiro lugar, considera a força norte-americana praticamente apenas no plano econômico –com todo o peso que a economia justificadamente possui–, sem levar em conta o peso dos outros fatores que compõem essa hegemonia: militar, tecnológico, ideológico, de meios de comunicação. Em segundo, compara os Estados Unidos de hoje com os Estados Unidos de há quatro décadas, quando a comparação tem que ser feita com as outras forças atualmente presentes. Neste caso, temos um Estados Unidos mais frágil economicamente que há algumas décadas, porém mais forte no quadro geral, porque o segundo lugar de então, a URSS, desapareceu, o Japão está há mais de umas décadas em recessão e a Europa pelo menos estagnou. Assim, a força relativa dos Estados Unidos é maior do que antes. A conclusão a que se costuma chegar –Samir

Amin, Wallerstein, André Gunder Frank, entre outros— é a oposta, por não ser uma avaliação política, isto é, global, sintética, que analisa o quadro geral das correlações de força existentes.

É neste sentido que o conceito de hegemonia ganha todo o seu significado. Não se reduz à dominação militar ou à superioridade econômica, mas articula o conjunto de fatores que levam uma potência a ser dominante e dirigente. Wallerstein, em particular, afirma que não se pode dizer que exista hegemonia reduzindo-a à simples dominação, isto é, à coerção. Arrighi fala de “dominação sem hegemonia”. Este nos parece um raciocínio igualmente unilateral, que subestima os fatores ideológicos, com toda a força que a penetração do *American way of life* segue tendo, da China à América Latina, da Europa do leste ao sudeste asiático, da Índia à Rússia, da Europa ocidental ao Japão. E subestima o papel de dirigente do bloco político e econômico das grandes potências capitalistas, diante da incapacidade de outras potências, ou grupo delas, tomarem iniciativas próprias, apenas reagindo diante das iniciativas norte-americanas, mesmo quando as rejeitam.

Reduzir a predominância norte-americana à coerção é uma visão economicista, que desconhece os outros fatores que compõem a hegemonia, com a capacidade de persuasão que os valores ideológicos e os mecanismos de sua difusão pelas distintas formas de expressão que os norte-americanos conseguiram produzir e multiplicar. O tema merece uma reflexão mais detida, aqui somente faremos algumas observações que pretendem apenas encaminhar a discussão política e estratégica necessária.

O CARÁTER DA HEGEMONIA ATUAL

“Um tigre de papel” —a caracterização de Mao-Tse-Tung— parece aplicar-se, mais do que aos Estados Unidos de quatro décadas atrás —quando dividia a hegemonia mundial com a URSS—, à potência unipolar de hoje. A lista de suas debilidades parece interminável —e os críticos, de esquerda, como Wallerstein, Samir Amin, Arrighi, Gunder Frank, James Petras, entre outros, mas também os conservadores, como Todd, não se cansam de apontar, praticamente com razão em todos os casos.

O tema da crise da hegemonia norte-americana coloca, antes de tudo, a necessidade de pensar as diferenças entre a hegemonia e a contra-hegemonia no período histórico caracterizado pela bipolaridade mundial e a forma como ela funciona num período de unipolaridade. Naquele período, podia-se falar quase de um “jogo de soma zero”, em que quando um perde, o outro ganha,

em que o desgaste de uma das grandes superpotências levava, quase de forma automática, ao fortalecimento da outra.

Quando se passa a um mundo unipolar, em que apenas uma superpotência apresenta capacidade hegemônica, os termos da relação de forças, sua dinâmica, se alteram. A força da hegemonia norte-americana tem, na debilidade das outras forças, um de seus elementos favoráveis. Embora questionado em várias de suas dimensões, o poder imperial norte-americano faz descansar sua superioridade, em parte, exatamente no fato de ser a única potência com poder global, com interesses em todas as partes do mundo, em revelar poder em todos os níveis que contam para a hegemonia – economia, tecnologia, política, cultura, mídia, etcetera.

Um dos paradoxos da hegemonia norte-americana é o contraponto entre seus elementos de força e de debilidade, tanto contemporaneamente quanto em comparação com seu passado. A economia dos Estados Unidos foi capaz de exibir invejáveis –para o atual ciclo longo recessivo– níveis de crescimento durante cerca de sete anos ao longo da década de 1990, porém desembocou numa recessão profunda ao final desse ciclo curto, e retoma índices de recuperação sem conseguir reabsorver o desemprego gerado.

Porém, esse desempenho extremamente desigual é ainda superior ao das economias européia e japonesa –os outros três elementos da tríade do centro do capitalismo. Ao ter assumido sozinho o papel de locomotiva da economia mundial na década passada, os Estados Unidos ganharam importância ainda maior, fazendo com que grande parte dos outros países passassem a depender do mercado norte-americano para suas exportações de mercadorias, de serviços ou de capitais.

Da mesma forma, o desempenho da economia dos Estados Unidos, mesmo em seu ciclo curto expansivo, é muito inferior ao que foi nas décadas transcorridas entre os anos 1940 e 1970. Porém, a relação de forças é uma correlação de forças, e assim o critério é comparativo com as outras potências, todas elas com desempenho muito inferior ao que tiveram naquele período. A superioridade norte-americana tem que ser medida, além disso, pelo fato de que aquela que havia sido a segunda potência econômica do mundo –a URSS– desapareceu. Assim, a hegemonia norte-americana é maior, porque é medida em relação às outras forças.

Justamente pelo paradoxo da força e da debilidade do poderio norte-americano e pela exibição midiática de sua superioridade, grande parte das análises críticas tendem a ressaltar –até como forma de denúncia– os elementos de fragilidade embutidos nessa força. Esse momento, por necessário que seja, não pode perder a análise do conjunto do desempenho norte-americano –em certa medida, reverses econômicos têm contrapartida na força midiática–, as-

sim como na relação com o conjunto do campo de forças mundial, de onde sobressai a hegemonia global norte-americana com maior clareza.

A economia –ponto mais forte da ascensão norte-americana à primeira potência mundial– se revela claramente mais frágil do que foi essa economia no ciclo longo expansivo anterior, começado ainda nos anos 1940 e concluído na década de 1970. De grande exportador de capitais passou a maior importador de capitais para recompor seus déficits comercial e público. Seu equilíbrio econômico e sua capacidade de reprodução de capital depende dos capitais investidos em suas bolsas –em particular daqueles provenientes da Ásia– e das importações provenientes do Japão e da China. Sua moeda se mostra vulnerável, passível de ser afetada por uma extensão crescente das áreas do euro no mundo –inclusive entre os países da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), apesar da derrubada do regime de Sadam Hussein.

De economia industrial passou a economia primordialmente de serviços. Sua economia entrou numa recessão profunda e prolongada, depois do ciclo expansivo dos anos 1990, pela bolha especulativa que finalmente explodiu, depois da “exuberância irracional” em que tinha se assentado. O consumo familiar, motor dessa expansão, está bloqueado por um bom tempo, inviabilizando uma recuperação minimamente sólida. Além disso, a desregulação econômica comandada pelos Estados Unidos nas duas últimas décadas e meia levou à hegemonia do capital financeiro na economia mundial na sua modalidade especulativa, o que gera instabilidade até mesmo dentro dos Estados Unidos, com fuga de capitais e ameaça de saída generalizada; conforme as taxas de juros seguem baixas, o dólar se desvaloriza e a economia não apresenta sinais de uma retomada firme.

Socialmente, é de longe o país mais desigual dentre todos os países do centro do capitalismo, tendo estendido a jornada de trabalho até ocupar o lugar de país com mais longa jornada em todo o mundo. Os Estados Unidos podem ser considerados um grande caldeirão social, que pode gerar extensas formas de explosão social e de perda de legitimidade do Estado norte-americano.

Politicamente, o rumo adotado pelo governo Bush levou os Estados Unidos a armadilhas que, primeiro, o isolaram no plano internacional, apesar de ter unificado o país internamente. E agora o fazem pagar o preço do tipo de problema gerado internamente, tanto no Afeganistão quanto no Iraque, levando de volta os problemas para dentro dos Estados Unidos, com a quantidade de mortos e a incapacidade do país de reconstruir o Iraque sozinho, tendo que pedir ajuda a países que ofendeu e menosprezou no momento da guerra.

Tudo isso leva ao acúmulo de uma grande quantidade de elementos de fragilidade na capacidade hegemônica dos Estados Unidos. Anuncia-se, com base nisso, o fim da hegemonia norte-americana no mundo. Quem faz isso

se esquece que a hegemonia é uma relação, ela se exerce sobre os outros e, portanto, sua força ou sua fraqueza depende sempre da força e da fraqueza dos outros sobre os quais se exerce a hegemonia.

Nesse sentido, os Estados Unidos são, isoladamente, mais débeis do que foram há algumas décadas. No entanto, a comparação, do ponto de vista da capacidade hegemônica, não é entre os Estados Unidos em dois momentos diferentes, mas entre os Estados Unidos e as outras forças mundiais.

A primeira diferença é, como disemos, a desapareição do líder do campo oposto: a URSS. Além disso, no seu próprio campo, os Estados Unidos viram o Japão completar mais de uma década de recessão e a Europa manter um nível muito baixo de crescimento. Assim, sua posição é muito mais favorável do que a que tinha no período anterior à queda do Muro de Berlim. O seu principal adversário, aquele que funcionava como líder do bloco que se opunha ao bloco capitalista, desapareceu, junto com tudo o que era o “campo socialista” na Europa ocidental. Só isso já representa uma mudança estrutural altamente favorável aos Estados Unidos.

Em segundo lugar, quando a estrutura de poder mundial era bipolar, o enfraquecimento de um dos blocos representava automaticamente o fortalecimento do outro (“jogo de soma zero”). Tropeços dos Estados Unidos representavam o fortalecimento da URSS, ou pelo menos dos “não-alinhados”, um campo em geral dominado pelo antiimperialismo norte-americano. Agora a estrutura de poder mundial é unipolar, com disputa para ver quem polariza com os Estados Unidos –o fundamentalismo islâmico ou o Fórum Social Mundial de Porto Alegre? Os outros países –sejam europeus ou asiáticos, seja a aliança França-Alemanha ou a China– não capitalizam o debilitamento norte-americano, salvo conjunturalmente, como no caso da guerra do Iraque para aquela aliança. Mas não se pode dizer que sejam pólos de uma alternativa hegemônica ao predomínio dos Estados Unidos. Ao enfraquecimento da capacidade hegemônica norte-americana corresponde não o fortalecimento de outro pólo, mas um aumento da desordem mundial.

Com isso, os Estados Unidos tratam de propor ao mundo sua forma de vida como praticamente a única –contraposta ao tipo de vida do fundamentalismo islâmico. Daí o interesse de Washington em consolidar a polarização entre Bush/Bin Laden ou Bush/Sadam Hussein.

Além disso, a economia norte-americana continua a ter um peso crescente na economia mundial. Continuar a exercer uma forte atração de mão-de-obra que, ainda que mal remunerada para os padrões locais, é bastante melhor retribuída que nos seus países de origem –sejam eles o México, a América Central, o Caribe ou a América do Sul–, com toda a influência que termina exercendo sobre esses milhões de latino-americanos radicados nos Estados Unidos, que

vêm ali não apenas uma melhor remuneração que nos seus países de origem, como, além disso, oportunidades maiores de mobilidade social.

Politicamente, mesmo quando isolado –como depois da segunda guerra contra o Iraque–, os Estados Unidos continuam a ser a única liderança mundial, a única com capacidade constante de iniciativa, de organizar alianças, de ser cabeça do bloco de potências centrais do capitalismo.

Assim, a maior força da hegemonia norte-americana vem da debilidade das forças contra-hegemônicas. O *New York Times* escreveu, no momento das imensas mobilizações em vários países contra a guerra, que o outro super-poder mundial seria “a opinião pública”. O exagero verbal não impede que, polarizado pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre, efetivamente exista uma acumulação de forças para a construção de uma hegemonia alternativa. Desde o grito dos zapatistas, em 1994, passando pelas manifestações contra a Organização Mundial de Comércio (OMC), em Seattle, em 1999, até chegar aos Fóruns Sociais Mundiais, foi se constituindo um corpo de propostas, aglutinando forças, as mais diversas e pluralistas, que começa a aparecer como o núcleo de idéias e de forças contra-hegemônicas. Será o desenvolvimento destas que servirá para medir a força e o tempo de sobrevivência da hegemonia norte-americana.

Os Fóruns Sociais Mundiais conseguiram surgir como o espaço de reunião e intercâmbio dos movimentos que lutam contra o neoliberalismo. O lema “Um outro mundo é possível” indicava, desde o primeiro evento, que não se trataria apenas de resistência, mas da afirmação da possibilidade e da necessidade de “um outro mundo”. Três Fóruns depois, o movimento conseguiu afirmar-se contra os Fóruns Econômicos Mundiais de Davos, como o espaço que discute os temas mais importantes da humanidade –os temas sociais–, que têm a representatividade e a participação de massas que Davos não dispõem, que reúne massa crítica e valor moral como um capital próprio.

Diante desses elementos de força –diversidade e multiplicidade, força intelectual e moral, representatividade–, os Fóruns ao mesmo tempo têm demonstrado –especialmente a partir do III Fórum, em janeiro de 2003– dificuldades para avançar. Se o primeiro Fórum se justificava pela sua simples existência, o segundo teve que demonstrar que os atentados de setembro de 2001 não haviam polarizado o mundo entre Bush/Bin Laden, e que seguia existindo espaço para o “outro mundo possível”, para uma outra globalização, solidária e alternativa ao neoliberalismo.

Avançava-se em propostas que caracterizaram desde o início o movimento: taxaço do capital especulativo, abolição da dívida pública dos países periféricos, rejeição da patente dos seres vivos, entre outros. Reafirmam-se temas centrais, como a democratização dos meios de comunicação, a afir-

mação da diversidade de gênero, de etnias, de sexo. Este perfil cruzou os três primeiros Fóruns, estendendo-se, aprofundando-se em certos aspectos, porém avançou-se significativamente pouco ou nada na formulação do que seria o “outro mundo possível”. Tratar-se-ia de um mundo socioeconômico distinto do modelo hegemônico atual, onde “tudo é mercadoria”. Se esses pontos comuns serviam para constatar que a diversidade e a multiplicidade dos movimentos participantes não impediam a existência de elementos suficientemente importantes para construir um movimento amplo e forte, com dimensão mundial, apontado para um modelo alternativo, eram insuficientes para desenhar este modelo.

Esta primeira fase –chamada por Bernard Cassen de “acumulação primitiva” (Cassen, 2003)– demonstrou as potencialidades e, ao mesmo tempo, os obstáculos que, se não forem enfrentados e superados, podem impedir que os Fóruns sigam girando em torno de si mesmos, sem avançar, esvaziando-se ao longo do tempo ou mantendo um forte componente midiático, porém dessintonizados da relação de forças real, da luta concreta e das necessidades globais de alternativas internacionais ao modelo atual de poder no mundo.

HEGEMONIA SEM DOMINAÇÃO?

Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, André Gunder Frank e Samir Amin estavam entre os pensadores que, nas últimas décadas, elaboraram formas de análise do sistema capitalista mundial. James Petras tem acompanhado, ao longo desse mesmo período, o desenvolvimento das lutas populares, particularmente na América Latina, com a correspondente análise da correlação de forças para esse movimento. Toni Negri elaborou –junto com Michael Hardt– o que pretende ser uma atualização das formas de hegemonia imperial e a atualidade do movimento popular, sob a forma de “multidão”.

Todos eles analisaram recentemente o que seria a forma atual de hegemonia imperial, com seus elementos de força e de debilidade, como quadro de luta do movimento por uma globalização alternativa. Vejamos resumidamente o pensamento de cada um deles.

Immanuel Wallerstein constrói sua análise em torno de três períodos, cada um com uma relação de forças específica: o período de 1945-1967, do “apogeu pós-guerra da hegemonia dos Estados Unidos”; o período de 1967-1973/2001, que ele considera como do “último brilho do verão”; e o período de 2001-2025/2050, da “anarquia que os Estados Unidos não podem controlar” (Wallerstein, 2003a). Em cada período Wallerstein distingue três eixos: as lutas de concorrência interna dos maiores centros de acumulação da econo-

mia-mundo capitalista; a conhecida luta entre o Norte e o Sul; e a luta para determinar o futuro do sistema-mundo entre dois grupos, a quem chamarei metaforicamente o grupo de Davos e o grupo de Porto Alegre.

No primeiro período –de 1945-1967/1973– os Estados Unidos eram “inquestionavelmente a potência hegemônica no sistema-mundo”, combinando a superioridade econômica, militar, política e cultural sobre cada uma e todas as outras potências no sistema-mundo. A superioridade econômica “esmagadora” se combinava com uma superioridade militar. Nova York tornou-se a central da cultura mundial “e em todo lugar a cultura popular foi ‘americanizada’”.

Os Estados Unidos estavam nesse período em condições de impor seus desejos ao resto do Norte do mundo “quase o tempo todo e quase de todas as maneiras”: era hegemônico. Uma certa resistência vinha do Sul. Os Estados Unidos tiveram sucessos significativos na repressão a esses movimentos, mas sofreram também derrotas importantes. Para Wallerstein, no conjunto haveria uma espécie de “empate”, com “um impulso do sentimento anti-sistêmico” em todo o mundo e especialmente no Sul. No entanto, as demandas do Sul eram conciliadas pela força do Norte, com a revolta anti-sistêmica sendo aos poucos neutralizada.

O período 1967-1973 seria o momento em que se esgotaram as três décadas de expansão e a economia-mundo entrou numa longa fase “B” do ciclo de Kondratieff, com o declínio da Europa ocidental e do Japão. Um “tríplice acontecimento” –declínio da economia-mundo, “revolução mundial de 1968” (como ele chama os movimentos anti-sistêmicos do período 1966-1970) e a derrota dos Estados Unidos no Vietnã– “transformou a cena geopolítica mundial e marcou o começo do lento declínio da hegemonia norte-americana”. Os Estados Unidos já não poderiam, a partir desse momento, fazer o que quisessem, quase quando quisessem, começando a perder a hegemonia.

Quanto à tríade dominante, a Europa saiu-se muito melhor nos anos 1970, o Japão nos anos 1980 e os Estados Unidos nos 1990, “mas todos se saíram muito mal a partir do ano 2000”. No resto do mundo, o prometido “desenvolvimentismo” revelou-se uma miragem. A ordem norte-americana teria começado a “desintegrar-se” do ponto de vista político com a Europa ocidental e o Japão querendo deixar de ser satélites diante da desapareção do “perigo soviético”.

Enquanto a “velha esquerda” se enfraquecia diante do impacto dos movimentos dos anos 1960, os novos movimentos sociais não conseguiram assumir o papel protagonista alternativo, deixando um vazio que facilitaria a ascensão de uma nova hegemonia. Os regimes neoliberais se colocaram três objetivos principais, segundo Wallerstein: rebaixar o nível dos salários em todo o mun-

do; restaurar a exteriorização dos custos de produção; e reduzir os níveis tributários mundiais às custas das políticas de bem-estar. Essa contra-ofensiva teria chegado a seus limites políticos no final dos anos 1990.

A partir de Seattle, desembocando nos Fóruns Sociais Mundiais, foi se constituindo uma “coalizão mundial de muitos movimentos”, como pólo alternativo a Davos. Foi nesse marco que Bush ascendeu ao governo dos Estados Unidos, na abertura de um período que Wallerstein caracteriza como de “anarquia que os Estados Unidos não podem controlar” e que se estenderia, segundo sua previsão, até 2025/2050.

Este período estaria caracterizado pela política externa unilateral e agressiva dos Estados Unidos; por um distanciamento que ele considera “inevitável” da Europa em relação aos Estados Unidos; pela união cada vez mais estreita entre o Japão, a China e a Coreia do Sul; pela extensão da proliferação de armas nucleares no Sul; pela previsão de perda moral definitiva dos Estados Unidos sobre o mundo; pela expansão e fortalecimento da alternativa de Porto Alegre; por Davos ficar cada vez mais dividido. Os Estados Unidos lamentarão o “furacão” que desataram com o Iraque.

Em um artigo mais recente, Wallerstein (2003b) caracteriza que a agressividade da política externa norte-americana, ao invés de refletir a fortaleza dos Estados Unidos, revelaria, ao contrário, sua debilidade. Ele faz uma análise da evolução da hegemonia dos Estados Unidos no mundo, considerando, ao contrário do período atual, que, no período que vai do segundo pós-guerra até os anos 70 do século passado, os Estados Unidos eram realmente hegemônicos no mundo. “Os Estados Unidos estavam realmente sentados na cúpula do mundo”. Ele acredita que os acordos de Yalta teriam sido de tal maneira um arranjo favorável aos Estados Unidos, que “nada aconteceu realmente durante quarenta anos”(!).

Sua visão dos movimentos anti-sistêmicos –que englobam na mesma categoria a URSS e os Estados Unidos como superpotências naquele período– faz com que ele subestime a forma como o equilíbrio entre elas é fator que condiciona a possibilidade que se dessem muitos acontecimentos fundamentais, entre eles alguns citados por ele: a revolução chinesa, a revolução cubana, a revolução argelina, a revolução vietnamita, o surgimento dos movimentos de países da periferia do capitalismo.

Seria uma fase de “transição anárquica” para um novo sistema mundial; transição na qual “ninguém controla a situação em qualquer nível significativo, menos ainda um poder hegemônico declinante como o dos Estados Unidos”. O período posterior está aberto, na dependência especialmente da ação das forças anti-sistêmicas.

A análise de Gunder Frank revela seu foco central já no título do seu texto “Tigre de papel, dragão de fogo” (Gunder Frank, 2003). Para ele, com o fim

da URSS, duas regiões do mundo entraram em disputa pela hegemonia mundial: os Estados Unidos e a Ásia Oriental, especialmente a China. Além disso, teria havido um processo contínuo de deslocamento da hegemonia mundial na direção do Ocidente, até chegar aos Estados Unidos, retornando agora na direção da Ásia Oriental.

Os dois pilares da hegemonia norte-americana seriam o dólar e o Pentágono, isto é, a moeda e a superioridade militar. Esses dois elementos, por sua vez, seriam dependentes entre si, com a força e a mobilidade do Pentágono dependendo da força do dólar, que por sua vez sustenta aquele poderio. Os Estados Unidos gozam do privilégio de poder cunhar a moeda mundial com a qual os norte-americanos podem comprar toda a produção do resto do mundo e depois obter todos os dólares de volta para serem investidos nos papéis de Wall Street e do Tesouro norte-americano.

Os Estados Unidos cobrem sua balança comercial e seus déficits orçamentários com o dinheiro e os produtos que chegam de fora. Do déficit comercial dos Estados Unidos, um quarto é coberto pelos japoneses, outro quarto pelos europeus, outro tanto pelos chineses e o restante coberto por outros fluxos de capitais, entre eles o serviço da dívida dos países latino-americanos e africanos. Caso europeus e japoneses levem seus capitais de volta para calçar suas economias, a economia dos Estados Unidos ficaria a descoberto.

O dólar e o Pentágono seriam simultaneamente elementos de força e de debilidade dos Estados Unidos, seus “calcanhares de Aquiles”. Assim, ele compara a solidez desses fatores à das Torres Gêmeas, que “pode ruir em pedaços numa manhã”.

“O dólar é literalmente um tigre de papel, na medida em que é cunhado no papel, cujo valor está baseado somente na sua aceitação e na confiança que se tem nele em todo o mundo”. Essa confiança, segundo Gunder Frank, pode ser retirada “quase de um dia para o outro”, fazendo com que perca a metade do seu valor ou mais da metade do seu valor. E qualquer declínio no dólar implicaria em corte no consumo e no investimento norte-americano, além de comprometer também a capacidade dos Estados Unidos de manter e aumentar seu aparelho militar. Ao mesmo tempo, qualquer desastre militar enfraqueceria a confiança no dólar.

Gunder Frank reconhece que os Estados Unidos “ainda possuem a maior economia do mundo” e “possuem também um poder militar sem rival”. A política de combinação desses dois elementos—frágeis— por parte do governo Bush chega a ser chamada por ele de “Terceira Guerra Mundial”, que teria assim limites estruturais para se manter, afora as dificuldades políticas e militares que enfrenta.

Diante das debilidades da hegemonia norte-americana, Gunder Frank encara o tema da contra-hegemonia e analisa as perspectivas da China de-

sempenhar esse papel. Seus argumentos podem ser resumidos da seguinte forma:

a) “Já que a Ásia e a China eram economicamente poderosas no mundo até uma época relativamente recente [...] é bem possível que ela possa voltar a sê-lo”. A dominação asiática teria sido somente interrompida até então por um período relativamente curto, de no máximo um século e meio, segundo Gunder Frank. “O sempre suposto declínio da China, de meio século ou mais, é puramente mitológico”.

b) “O sucesso econômico da China e de outros países asiáticos no passado não estava baseado nos modelos ocidentais; e o sucesso econômico bastante recente da Ásia não estava baseado no modelo ocidental”. Não seria necessário, assim, aos países orientais, copiar o modelo ocidental, podendo seguir adiante com modelos próprios.

c) A atual crise de superprodução e de excessiva capacidade instalada seria a comprovação da força do setor produtivo, que, apesar da crise ter se espalhado do setor financeiro para o produtivo, demonstraria que este pode se recuperar.

d) Esta seria a primeira vez em um século que uma recessão mundial começaria não no Ocidente para depois se mover na direção do Oriente, mas, ao contrário, começaria no Oriente e depois se moveria para o resto do mundo a partir daí, o que evidenciaria a força econômica crescente da Ásia Oriental, “para a qual o centro de gravidade da economia mundial está agora retornando; para onde estava antes da ascensão do Ocidente”.

e) “A força econômico-política subjacente também coloca a Ásia Oriental, e especialmente a China, o Japão e a Coréia, numa posição muito mais favorável do que o resto do Terceiro Mundo, e mesmo da Rússia e da Europa Oriental, para resistir à chantagem ocidental, tal como ela é agora exercida pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos através do FMI, do Banco Mundial, da OMC, de Wall Street e de outros instrumentos”.

f) “Uma luta econômico-política relacionada com isso é a concorrência entre os Estados Unidos e a China para substituir o Japão, a Coréia e o Sudeste no mercado, tirando vantagem de sua bancarrota [...] a China e talvez também alguns países do Sudeste Asiático aparecem como a melhor aposta no longo prazo” (Gunder Frank, 2003: 40).

Para Samir Amin, “os Estados Unidos não dispõem de vantagens econômicas decisivas” no sistema hegemônico atual, fundado num imperialismo coletivo (da tríade: Estados Unidos, Europa ocidental, Japão). O sistema

produtivo norte-americano “está longe de ser ‘o mais eficiente do mundo’”. Num sistema de concorrência aberta, ele não conseguiria superar seus concorrentes em praticamente nenhum setor, gerando o seu enorme déficit comercial. A utilização de meios extra-econômicos é que permitiria aos Estados Unidos levar vantagens econômicas no plano mundial. Os Estados Unidos só gozariam de vantagem comparativa na indústria de armamentos, porque ele escapa às regras de mercado, funcionando pelas demandas estatais. Mas ao aparecer para os outros setores da tríade como defensor de seus interesses comuns (Amin, 2003).

Giovanni Arrighi desenvolveu a mais articulada interpretação da natureza da crise da hegemonia norte-americana, no marco do ciclo de hegemonias sucessivas no mundo moderno e contemporâneo, acompanhada de análises sobre o estado de acumulação de forças dos movimentos contra-hegemônicos –ou anti-sistêmicos.

Para dar uma idéia de quanto o mundo mudou, em “O longo século XX” ele constata: “Na década de 1970, muitos falaram em crise. Na de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo” (Arrighi, 1994: 1).

Ao final do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, os Estados Unidos conservam um quase-monopólio do uso legítimo da violência em escala mundial, mas seu endividamento financeiro é de tal ordem que o país só poderá continuar a fazê-lo com o consentimento das organizações que controlam a liquidez mundial –numa visão muito similar à de Gunder Frank. O Japão e outros países asiáticos conquistaram um quase-monopólio da liquidez mundial. “Pela primeira vez desde as origens mais remotas da economia mundial capitalista, o poder do dinheiro parece estar escapando ou haver escapado das mãos do Ocidente” (Gunder Frank, 2003: 368).

Essa situação poderia evoluir para a manutenção da hegemonia norte-americana, com a formação de um império mundial realmente global, mediante a violência. Ou então países do leste asiático viriam a ocupar uma posição de mando nos processos de acumulação. Faltaria a esse grupo de países “a capacidade de gestão do Estado e da guerra que, historicamente, tem-se associado à reprodução ampliada de uma camada capitalista sobre a camada de mercado da economia mundial” (Gunder Frank, 2003: 370-371). A terceira possibilidade seria que se generalize uma situação de violência, reinstaurando-se uma situação de “caos sistêmico”, do qual partiu o capitalismo há seis séculos.

Num livro publicado quase uma década depois, Arrighi volta ao tema para reafirmar o vigor do crescimento das economias dessa região: “Tomando a

região e o período como um todo, a expansão do sudeste asiático desde 1960 aparece como uma virada global de poderio econômico com poucos precedentes na história mundial. Nenhuma virada dessas proporções pode ocorrer sem pausas e retrocessos temporários, como aquela vivida pela recessão com centro nos Estados Unidos na Grande Depressão de 1930” (Arrighi, 2003). Na sua conclusão, Arrighi sublinha que o desenvolvimento da região se distribuiu de maneira profundamente desigual –favorecendo ao quinto mais rico–, incrementando desigualdade e desemprego em larga escala. O destino futuro do conjunto da região dependeria da sua capacidade de encontrar, no marco do ciclo expansivo, formas e meios de superação dessa extrema desigualdade. “Se essas formas e meios são encontrados, o sudeste asiático se tornará uma vez mais o centro da economia global”.

Assim, Arrighi reafirma sua tese de uma transição para uma hegemonia com sede no sudeste asiático, repousando a análise na evolução econômica, tanto dos Estados Unidos quanto dessa região. Como praticamente todas as análises, ela se centra no plano econômico, com a dificuldade de reduzir a hegemonia à hegemonia econômica. E mesmo nesse plano, não costuma dar conta dos elementos de força da economia norte-americana.

Ao fazer um balanço do que ele e outros autores passaram a denominar de “movimentos anti-sistêmicos”, duas décadas depois, com as grandes transformações operadas no mundo, Arrighi resume as teses levantadas originalmente para confrontar com o estado atual desses movimentos –ou daquilo em que eles se transformaram–, os quais se constituíam em apostas de alternativa hegemônica aos dois blocos considerados em crise naquele momento.

Em primeiro lugar, se considerava que “a oposição à opressão tem sido uma constante do sistema-mundo moderno”, com particular desenvolvimento a partir do século XX. Em segundo lugar, eles apresentavam uma dupla configuração: movimentos anticapitalistas e de libertação nacional, ambos divididos em termos das vias de obtenção dos seus objetivos –vias legais ou insurrecionais. Em terceiro, apesar do sucesso relativo de partidos socialdemocratas no centro do capitalismo, de partidos comunistas e movimentos nacionalistas em países periféricos ou semiperiféricos, eles conseguiram menos resultados na obtenção de seus resultados finais, obtendo “concessões” mas fracassando em diminuir as desigualdades, transformando-se freqüentemente em novos instrumentos de opressão de classe.

Em quarto lugar, os movimentos que protagonizaram o ciclo de 1968 introduziram modificações nas relações de poder que não teriam sido revertidas: capacidade reduzida do primeiro e do segundo mundos para policiar o terceiro; dos grupos de status dominantes nos países centrais para excluir ou dominar os grupos subordinados (mulheres, jovens, “minorias”); dos estratos

administrativos para forçar a disciplina dos trabalhadores nos locais de trabalho; dos Estados para controlar suas “sociedades civis”. Como quinta característica, não resultaram numa melhoria no bem-estar material da maioria de cada um deles.

Nessa lógica, 1989 é considerado uma continuação –e não uma contratendência– do que havia sucedido em 1968. O desafio que passaria a se colocar para os movimentos anti-sistêmicos seria o de buscar “uma nova e renovada ideologia”. Sua ausência se notaria pelo silêncio desses movimentos a respeito “das três reivindicações espontâneas das pessoas e dos grupos oprimidos”: o direito à total diversidade; o direito de confronto de poder diferente como fazendo parte de um projeto social; e o direito urgente de igualitarismo.

Dez anos depois, Arrighi se volta para essas considerações e anota principalmente as seguintes observações: a subestimação do que foi a contra-revolução neoliberal, nos seus aspectos financeiro, militar e político. Como uma de suas conseqüências, deu-se um processo de “corrupção” dos movimentos anti-sistêmicos, com a aceitação acrítica dos credos neoliberais. Houve resistência de uma parte desses movimentos, de que são expressão Seattle e os FSMs. Outra conseqüência da contra-revolução neoliberal, não tomada devidamente em conta, sobre o sistema capitalista mundial.

Decorreria disso uma fronteira pouco clara entre movimentos sistêmicos e anti-sistêmicos, com algumas daquelas jogando inconscientemente um papel de liderança em criar as condições de ruptura.

Outra falha seria a subestimação da importância histórico-mundial da ascensão da Ásia Oriental como “o novo epicentro da economia global”. Arrighi coloca sua grande questão: “se e como a transferência do epicentro da economia global da América do Norte para a Ásia Oriental será afetada econômica, política e culturalmente pelo caos sistêmico que está começando. Mais especificamente, será o renascimento econômico da Ásia Oriental subjugado pelo caos sistêmico, ou será ele transformado em um renascimento político e cultural capaz de conduzir a permanente ‘revolta contra o Ocidente’, no sentido da formação de uma ordem mundial mais igualitária e democrática?”.

Mas a maior novidade da análise de Arrighi vem de sua abordagem sobre as hegemonias mundiais como “revoluções passivas”, no sentido gramsciano do termo. Modalidades de “repressão-acomodação”, através das quais os poderes hegemônicos aumentaram a inclusão social, seria um processo similar ao que Gramsci caracterizou como de “restauração-revolução” nas revoluções passivas. “Cada hegemonia sucessiva do capitalismo mundial tem sido caracterizada por uma particular revolução passiva, no curso da qual o Estado hegemônico exercia uma função piemontesa *vis-à-vis* do sistema capitalista mundial como um todo”, diz ele. Do seu ponto de vista, a questão central do século XXI é a de saber “se

a renovação/transformação do sistema social mundial no sentido de uma maior igualdade e democracia ainda exige o exercício de uma função piemontesa e, se isto for verdade, qual o Estado ou a coalizão de Estados que terá efetivamente as condições e as disposições necessárias para exercê-la” (Arrighi, 2003: 119).

Alguns seguem reivindicando a formação de um “partido mundial” para fazer esse trânsito. Outros –como Negri e Hardt– vêem uma rebelião e a mobilização da “multidão” já promovendo essa transição.

HEGEMONIA E EMANCIPAÇÃO

Mesmo com um balanço excessivamente resumido desses autores –e a falta ainda de outros, como Negri, Petras–, é possível anotar observações a respeito do tema da hegemonia e da contra-hegemonia.

a) As análises tendem a se concentrar no plano econômico, como se a hegemonia se limitasse a isso ou se tivesse nesse plano seu fator determinante. É certo que nas análises originais do imperialismo, por Lenin, o imperialismo tem bases determinantes no plano econômico, mas a hegemonia é mais do que isso, embora tenha suas bases materiais no plano econômico.

b) Ainda assim, as análises tendem a ser unilaterais no sentido de destacar os –reais– elementos de debilidade da economia norte-americana, sem incluir os seus elementos de força. O déficit comercial da economia dos Estados Unidos, por exemplo, é sempre destacado, mas a capacidade de consumo do mercado mais rico do mundo, ambicionado por todas as outras economias, não costuma ter o mesmo destaque, em condições que isso estabelece um extenso processo de dependência, seja da Europa ocidental, do Japão, da China, de todos os países do sudeste asiático, da Índia, da América Latina com o mercado norte-americano, a ponto que quando esse mercado entra em recessão, todas as outras economias sofrem e torcem para sua recuperação. A transferência de empresas norte-americanas para produzir em outras regiões do mundo faz da economia dos Estados Unidos uma economia cada vez mais voltada para o setor de serviços, ampliando a capacidade de influência econômica dos Estados Unidos pelo mundo afora –no México, na Índia, na China–, ao mesmo tempo em que eleva sua capacidade de extração de mais-valia, pela exploração de mão-de-obra barata na periferia do sistema.

c) Mas a hegemonia, se tem bases materiais econômicas, é um fenômeno muito mais extenso do que o predomínio econômico. Uma das características fundamentais do século XX –e que diferencia a hegemonia britânica

da norte-americana— é a ampliação dos níveis da hegemonia, fortalecendo seus elementos de consenso em relação aos de dominação. O *American way of life* foi a grande mercadoria vendida por Hollywood, projetando para o mundo os valores norte-americanos —morais, estéticos, entre outros. Vendeu um imenso mundo de mercadorias mediante seu enorme aparato de propaganda midiática, atrás do qual se inserem as grandes corporações e suas marcas. Desde o fim da URSS, e conforme a norte-americanização foi penetrando na Europa ocidental, no Japão e mais recentemente na China, esse plano passou a ser o de mais eficácia na hegemonia dos Estados Unidos no mundo, sem encontrar outras formas de vida —salvo as do fundamentalismo islâmico, adversário frágil neste plano— para concorrer com as suas.

d) O poderio militar norte-americano reitera sua eficácia, mas demonstra suas debilidades quando falta o apoio político. Porém, nenhum outro pólo político capitaliza essas debilidades, que se traduzem em desgaste da hegemonia norte-americana, porém sem fortalecer nenhum outro pólo, tanto assim que, passado o momento mais quente do enfrentamento militar, os governos europeus —eles mesmos enfraquecidos internamente, como os casos da França e da Alemanha— se reaproximam dos Estados Unidos e vêem seus interesses coordenados na resistência ao grupo dos vinte, com na reunião de Cancún.

e) Assim, o surgimento de um pólo contra-hegemônico alternativo ao norte-americano não está por enquanto no horizonte histórico. A Europa ocidental revela governos aderidos à liderança dos Estados Unidos e outros, cujos graus de diferença —e de força própria— estão longe de configurar uma direção própria. A China vê cada vez mais dependente dos Estados Unidos —de seus mercados, de seus investimentos e da sua tecnologia— a possibilidade de seguir expandindo sua economia, como elemento de força de sua projeção como grande potência no novo século.

O Japão e os outros países do sudeste asiático também dependem do mercado norte-americano para seguir alimentando suas exportações, assim como das bolsas norte-americanas como lugar de investimento financeiro.

f) A caracterização da “opinião pública mundial” como a “outra superpotência”, por parte do New York Times, durante as extraordinárias manifestações pacifistas prévias à segunda guerra do Iraque, embora possam deixar-nos lisonjeados, estão longe de corresponder a uma realidade efetiva de superpotência, por tudo o que isto significa, o que ficou claro pelo fato

do movimento não conseguir impedir a guerra, embora tenha contribuído decisivamente para o isolamento político dos Estados Unidos, com todas as conseqüências que vemos atualmente.

O Fórum Social Mundial tem se constituído no espaço mais importante de convergência e de intercâmbio na perspectiva de elaboração de uma estratégia e de um modelo de superação do neoliberalismo e da hegemonia norte-americana no mundo. No entanto, esse espaço tem revelado suas debilidades, que, se forem superadas, podem transformá-lo efetivamente no lugar de convergência de forças para a construção dessa alternativa. Para desempenhar esse papel, ele terá que superar limitações já apontadas e que se tornam mais evidentes pelo desempenho do grupo dos vinte em Cancún, que revelam que a falta de aliança entre o movimento de mobilização popular e governos que atuam contra a hegemonia unipolar dos Estados Unidos e os organismos multilaterais aliados dessa política, enfraquece o movimento e debilita o enorme potencial que uma aliança desse tipo possui.

g) Duas situações recentes são muito significativas a esse respeito: as mobilizações pacifistas de 2004 na Europa e a sublevação popular na Bolívia, em outubro deste mesmo ano.

As primeiras foram, com razão, qualificadas como as maiores mobilizações de massa jamais realizadas na Europa. Elas reuniram basicamente uma nova geração de jovens, que chegaram à política na luta contra o neoliberalismo e contra a hegemonia imperial norte-americana, posteriormente àquela marcada pela hegemonia liberal, pela queda do Muro de Berlim e pelo fim da URSS. Impressionou a massividade das manifestações, assim como sua continuidade, especialmente na Espanha, na Itália e na Inglaterra, justamente os países cujos governos mais diretamente apoiaram o governo dos Estados Unidos na guerra. Mas elas se reproduziram praticamente em todos os países, gerando um consenso segundo o qual a opinião pública européia havia se pronunciado contra a guerra e contra os métodos belicistas do governo Bush de tentar resolver os conflitos.

Esse extraordinário movimento não conseguiu deter a guerra, seria pedir-lhe muito. Porém, o problema é que essa força não se traduz em força política, organizativa. Temos então uma opinião pública progressista e governos conservadores. Os que se opuseram durante a guerra ao governo norte-americano foram o direitista Jacques Chirac e o centrista Schröder, que rapidamente se reaproximaram de Washington. Como os partidos tradicionais não têm diálogo com essas novas gerações, esses jovens não se interessam pela política tradicional, mas sua força social não se traduz em força política, não muda o poder político tal qual ele existe, e tampouco

cria outras formas de poder. Enquanto não se resolver, de uma forma nova, as relações entre essa força social e a política, essa acumulação de forças se perderá, girará em falso.

O balanço dos movimentos que protagonizaram a sublevação boliviana foi a de que lhes faltou, uma vez mais, direção política, um partido, uma liderança que permitisse que o movimento projetasse sua própria solução de governo e passasse a construir o seu poder. Um balanço parecido com os que haviam sido feitos pelo movimento indígena e camponês equatoriano, que haviam protagonizado mobilizações similares e haviam derrubado a dois presidentes em poucos anos, sem conseguir substituí-los por governos que os representassem. Quando buscaram se representar num militar que havia estado na liderança de uma dessas mobilizações, sentiram-se rapidamente traídos e abandonaram o governo, passando à oposição, e revelando como lhes segue faltando resolver a questão da hegemonia política, que, uma vez alienada, produz frustração e revés.

O tom do balanço boliviano é o mesmo, apesar da maior tradição e diversificação do movimento popular –com a Central Obrera Boliviana (COB), a Federação Camponesa, o Movimento Indígena–, além da presença diferenciadora de um partido político –o Movimiento al Socialismo (MAS). O que não impediu que o movimento sentisse a mesma ausência de direção política, seja por não se representar no MAS, seja por considerar sua forma de representação política ainda insuficiente.

h) O certo é que se pode dizer que, no seu conjunto, o movimento de luta contra o neoliberalismo esgotou sua primeira etapa de existência, aquela que Bernard Cassen chama de “acumulação primitiva”. A repetição pelo III Fórum Social Mundial, no essencial, do anterior. As dificuldades de governos que pretendem sair do modelo neoliberal –dentre os quais o brasileiro–, que tropeçam na inexistência de uma estratégia de saída desse modelo e do que seria uma sociedade e um Estado pós-neoliberais. As dificuldades das mobilizações europeias em se transformar em força política são outros tantos elementos que requerem a passagem do movimento à sua fase de “reprodução ampliada”, ou seja, de tradução de sua força social, ideológica, crítica em força política e econômica, que efetivamente permita começar a construir o “outro mundo possível”.

i) Um programa de resgate do Fórum Social Mundial como espaço de intercâmbio, mas que ao mesmo tempo impulse transformações na direção do “outro mundo possível”, requer, antes de tudo, uma definição mais ampla dos participantes do movimento, abandonando a visão restritiva –e liberal– de “sociedade civil”, para definir o campo do movimento como

aquele que abarca a todo o espectro dos que lutam contra o neoliberalismo e a hegemonia militar unilateral no mundo.

Em segundo lugar, formalizar minimamente o Conselho Internacional e democratizar assim as formas de decisão sobre os temas ligados ao FSM.

Em terceiro lugar, incorporar a luta por um mundo de paz, de negociação multilateral dos conflitos, de democratização das instâncias de poder –a começar pelas Nações Unidas–, em aliança com governos e outras forças que avancem nessa direção.

Em quarto, trabalhar de forma concentrada e prioritária na gestão de órgãos cada vez mais amplos e abrangentes de mídia alternativa, para a difusão, mas também para o debate mais amplo possível dos caminhos da construção de um “outro mundo”.

Em quinto, a realização de campanhas concretas, como as propostas de boicote a corporações norte-americanas e às bases militares norte-americanas.

Por último, a discussão nos próprios Fóruns, com consulta ampla e democrática a todos os participantes, sobre os grandes temas e os destinos futuros do Fórum e do conjunto do movimento.

BIBLIOGRAFIA

- Arrighi, Giovanni 1994 *O longo século XX* (Rio de Janeiro: Contraponto).
- Arrighi, Giovanni 2003 “The Ressurgence of East Asia” em Arrighi, Giovanni; Kamashita, Takeshi e Selden, Kark *The Ressurgence of East Asia* (Nova York: Routledge).
- Cassen, Bernard 2003 *Tout a commencé à Porto Alegre* (Paris: Mille et Une Nuits).
- Gunder Frank, André 2003 “Tigre de papel, dragão de fogo” em Dos Santos, Theotonio *Os impasses da globalização* (São Paulo: Loyola PUC/REGGEN).
- Wallerstein, Immanuel 2003a “Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial” em Dos Santos, Theotonio *Os impasses da globalização* (São Paulo: Loyola/PUC/REGGEN).
- Wallerstein, Immanuel 2003b *La debilidad de los Estados Unidos y la lucha por la hegemonía*, mimeo.